



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

PACHECO EDUARDO GONÇALVES

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO FERRAMENTA DE
COMBATE AO RACISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO:
UM CASO DO CABELO MASCULINO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

PACHECO EDUARDO GONÇALVES

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO FERRAMENTA DE
COMBATE AO RACISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO:
UM CASO DO CABELO MASCULINO**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lia Dias Laranjeira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

PACHECO EDUARDO GONÇALVES

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COMO FERRAMENTA DE
COMBATE AO RACISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL ANGOLANO:
UM CASO DO CABELO MASCULINO**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 25 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lia Dias Laranjeira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(Examinadora)

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(Examinador)

AGRADECIMENTOS

A mim mesmo, por nunca desistir, mesmo em situações em que as minhas capacidades de suportar e superar as angústias se revelaram improváveis;

A Deus, pelas diversas formas de demonstração de cuidado, afeto e compaixão nos momentos de fraqueza;

À minha mãe, senhora Lombo Isabel André, que, desde sempre, envidou esforços de modo incansável para garantir o meu bem-estar e progresso dos em diversos âmbitos da vida;

À minha avó, Constância Isabel, pelas orações e pelos conselhos que, sem dúvidas, influenciaram positivamente no meu sucesso desde a inscrição no processo seletivo até à graduação;

Ao meu irmãos Ngyalu Júnior, Paulo André Sunda, Jaime Sunda André (Manucho), Delfina Luila Gonçalves (Fina), Carlota Maria Gonçalves (Caró), Luisa Isabel Gonçalves, Imaculada Eduardo (Ima), Helena André (Francine) pela irmandade e apoio emocional que dispensaram a mim ao longo desses 3 breves-longos anos;

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Lia Dias Laranjeira, pela incrível vontade que demonstrou na orientação dessa pesquisa e também pela paciência em lidar com situações inesperadas que surgiram durante a elaboração;

Aos amigos e às amigas, sobretudo com quem compartilhei momentos agradáveis e inesquecíveis durante a jornada na UNILAB-Malês, seria necessária uma página do tamanho do infinito para citá-los(as) todos(as). Saibam que reservo um enorme carinho por vocês! É noiz, porra!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	PROBLEMA DE PESQUISA	11
3	HIPÓTESES	12
4	OBJETIVOS	12
4.1	GERAL	12
4.2	ESPECÍFICOS	12
5	JUSTIFICATIVA	13
6	METODOLOGIA DE PESQUISA	14
7	REFERENCIAL TEÓRICO	16
7.1	EDUCAÇÃO PRÉ-COLONIAL: POVOS BANTU	16
7.2	SISTEMA DE EDUCAÇÃO ANGOLANO	17
7.3	RACISMO ESTRUTURAL EM ANGOLA	20
7.4	CABELO CRESPO, SÍMBOLO DA IDENTIDADE NEGRA	23
7.5	CABELO CRESPO E A ESTÉTICA FEMININA NEGRA	26
7.6	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENFRENTAMENTO E SUPERANÇA DO RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO ANGOLANO	28
7.7	FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NAS ESCOLAS	29
8	CRONOGRAMA	31
	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Se a educação não transforma sozinha a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Paulo Freire

Quando cursei o ensino médio, em uma escola pública, no Bengo, província de Angola que faz divisa com a capital Luanda, localizada na região centro-norte, era corriqueiro ver os estudantes que usassem cabelo crespo e cortes de cabelo afro, como black power e dreadlocks sendo humilhados por professores, eu mesmo não escapei disso.

Lembro-me que, na escola, o cabelo era objeto de rejeição, os colegas que se apresentavam com seus cabelos crespo, assim como eu, eram impedidos de entrar na sala de aula. O nosso acesso à dependência escolar era interrompido por conta do nosso cabelo, a condição para que frequentássemos o recinto escola era única e simplesmente cortar o cabelo. No princípio, considerávamos normal, uma vez que desde a infância acreditávamos que se tratava apenas de uma questão de se observar os critérios estéticos de como os estudantes negros, sobretudo de tom de pele mais escuro, deveriam se apresentar. E isso também era resultado do silêncio que pairava sobre a importância e a necessidade do debate sobre essas questões no ambiente familiar, sobretudo escolar, conforme lembra Cavalleiro (1998):

Na escola e nas famílias, verificou-se a predominância do silêncio nas situações que envolvem racismo, preconceito e discriminação étnicos [...] A criança negra está sendo levada a se conformar com o lugar que lhe é atribuído: o lugar do rejeitado, o de menor valia.”(CAVALLEIRO, 1998, p. 9)

Assim sendo, esse silêncio torna a criança num adulto incapaz de formar juízos sobre os acontecimentos que possam lhe causar desconforto, constrangimento e humilhação e, conseqüentemente, se defender diante da injustiça, aqui apontando como racismo e discriminação.

Tal como éramos instruídos para que mantivéssemos sempre o cabelo em um determinado tamanho, tamanho esse que, em alguns casos, não podia exceder 1cm

de comprimento, pois, conforme a instrução e conselhos dos pais, não era ético e higiênico o homem negro se apresentar com o tamanho de cabelo considerável, pois, a sociedade, o compreenderia como maluco e até mesmo como criminoso, esse aspecto está associado a determinados cortes de cabelo.

Ainda sobre ser taxado de maluco, Gomes (2002) menciona que implicitamente ocorre racismo quando existe constante apelo à determinado cuidado da aparência. O racismo, nesse caso, ocorre disfarçadamente quando determinadas regras de higiene são predominantemente direcionadas a um grupo racial por conta de suas particularidades, que é vista como contrário ao padrão estético definido pela sociedade.

Porém, mais tarde, ainda no ensino médio, começaram a surgir importantes questionamentos sobre a maneira como éramos tratados, sobretudo quando comecei a perceber o tratamento desigual que havia entre nós estudantes, as orientações sobre a questão do cabelo eram destinadas somente a nós estudantes negros de pele mais escura, os mulatos eram exceção.

Caso o estudante se opusesse às orientações de estética e higiene masculina dos estudantes impostas pela escola, sofria determinadas sanções que implicavam violência verbal e até mesmo física, e também a reprovação. Lembro que, certa vez, ainda no ensino médio, o diretor da escola, ao tomar conhecimento de que havia estudantes que estavam tendo aulas com os seus cabelos crespos - eu também fazia parte desse grupo - dirigiu-se depressa, juntamente com outros professores, à sala de aula, com uma tesoura em suas mãos. Após ter nos identificado, orientou para que nos colocássemos em pé e de frente à turma. Éramos, no total, dezesseis, numa turma de quarenta e um estudantes, com idades compreendidas entre dezoito e vinte e quatro anos. Após isso, iniciou uma série de tortura verbal, ouvimos palavras e frases de cunho racista como, por exemplo, 'negro não fica bem de cabelo', 'com esse cabelo, vocês ficam parecendo mendigos', 'negro não pode imitar o branco' e por aí vai. Após a tortura verbal, orientou que não reagíssemos enquanto prepotentemente cortava os nossos cabelos e tranças, eram cortes longos consideráveis e assimétricos, o que nos obrigava, posteriormente, a raspar toda a cabeça. Após a conclusão do ensino médio, ingressei numa universidade privada, já em Luanda, na capital.

Antes de passar a frequentar as aulas, acreditava que já não passaria pelas experiências anteriores. Porém, estava enganado, num dia de aula, enquanto assistia

à aula de um professor que, por sinal, também era docente em uma universidade pública, olhou para mim e disse: “e esse cabelo aí, meu jovem, já está na universidade, deve saber se apresentar!”. Então entendi que a problemática do cabelo masculino era transversal a todos os níveis de ensino em Angola.

Discorrendo sobre esse debate, a socióloga angolana Luzia Moniz (2022) nos traz importantes reflexões sobre a proibição do uso do cabelo crespo no sistema educacional angolano. Segundo a socióloga, a rejeição dessa marca identitária africana nas escolas em Angola, um país em que a população preta corresponde a 90%, é uma forma de apartheid, uma política oficial de minoria branca que consistia na segregação de populações negras e brancas na África do Sul, durante o século XX. Moniz ainda destaca que as dinâmicas de imposição da cultura branca europeia, nos dias atuais, que se dá através das elites políticas angolanas, são mais eficazes em comparação com o que se verificava no contexto colonial. Isso se deve ao fato das instituições de ensino se proporem a desempenhar o papel de fiscalizador dos costumes, em que os valores da identidade negra são alvos de repressão:

[...] estes impedimentos são atos de repressão cultural típicos em situações de endocolonialismo, que é o caso de Angola, onde o opressor usa os estabelecimentos de ensino como uma espécie ‘polícia dos costumes’ que existe em países como Irão (MONIZ, 2022, p. 1).

Moniz destaca ainda que “as consequências dessas medidas não se refletem apenas nas pessoas diretamente visadas, mas em toda sociedade, porque se está perante uma violação dos direitos humanos.”

É importante destacar que a constituição da República de Angola condena qualquer tipo de discriminação, ao declarar que:

Ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológica e filosóficas, grau de instrução, condição econômica ou social ou profissão. (ANGOLA, 2010, Art. 23).

Por essa razão, Moniz (2022) afirma que esse ato de repressão das marcas que nos remetem à ancestralidade é um atentado contra “o direito básico de sermos nós próprios, com os nossos cabelos, narizes, lábios, etc. O direito de não termos vergonha de sermos pretos e assumirmos essa pretitude em toda a sua dimensão. O cabelo é uma dessas dimensões” (MONIZ, 2022, p. 1).

O ambiente escolar representa um espaço imprescindível para a formação dos sujeitos e ele deve se adequar às condições necessárias para que o/a estudante desenvolva conhecimentos significativos que o/a possibilitem construir a sua identidade cultural e intelectual. Forquin (2003) apoia essa ideia na seguinte afirmação: “educar, ensinar, é colocar em presença certos elementos da cultura que alguém dela nutre, integra na sua substância e constrói na sua função a sua identidade pessoal e individual”. (FORQUIN, 2023, p. 24).

A manifestação de discriminação e racismo no processo educativo angolano, tendo como objeto o cabelo masculino afro, tem ocasionado episódios de constrangimentos e humilhações aos/às estudantes negros/as. A escola, em vez de se cumprir o seu devido papel na construção da identidade do/a estudante, passa sendo o baluarte do preconceito e da discriminação.

A compreensão da existência do racismo, preconceito e discriminação racial no ambiente escolar é um passo importante para a construção de estratégias pedagógicas que tragam, em sua formação, discussões sobre a educação das relações étnico-raciais. Em muitos casos, os próprios materiais didáticos acabam promovendo e reforçando estereótipos que apontam à valorização e ao culto da cultura europeia branca que, por meio de um processo de silenciamento da diversidade de sujeitos, culturas e grupos étnicos, busca ser representada como uma referência positiva em oposição às raras representações de sujeitos negros (SILVA, 2011).

Assim sendo, Munanga (2005, p. 2005) destaca que:

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar.

Por conseguinte, os/as professores/as são levados/as a ativar toda uma série de preconceitos e discriminação dos valores e símbolos culturais que estão enraizados no repertório escolar, repertório esse que valoriza apenas a experiência cultural, científica e civilizatória branca europeia em detrimento das experiências históricas e culturais negras. Isso acaba comprometendo a relação professor-estudante e também as condições de aprendizagem.

A educação em Angola, em seus fundamentos, ainda considera o professor o centro do saber e o único detentor do conhecimento, tornando, assim, os estudantes indivíduos sem qualquer conhecimento útil para a vida ativa, sobretudo para seu posicionamento enquanto sujeito em construção. Cabe ao educador a responsabilidade de administrar conhecimentos, orientar experiências e modos de vida e construir identidades que julgar conveniente para o/a estudante.

O aluno era visto como um papel em branco, no qual eram registrados as informações e o conhecimento. Na abordagem tradicional, o aluno não possui cultura, família e conhecimento prévios. Ele não significa nada até iniciar o processo escolar, processo que registrará e acumulará conhecimentos repassados. Cabe ao professor a decisão quanto aos conteúdos, metodologias e avaliações a serem realizadas (LIBANEO, 1989, p. 21 *apud* SILVA, 2018)

Como consequência disso, durante o ensino, devido ao cabelo afro, vivenciei situações em que eu e os demais colegas fomos vítimas de racismo, discriminação e preconceito dos próprios professores, pois alegavam que o cabelo dos/as estudantes negros/as não podiam exceder o tamanho recomendável pela instituição. Éramos, por meios coercitivos, obrigados diminuir o tamanho do cabelo, pois o cabelo significava falta de ética e de higiene.

A escola se propõe a ser um espaço de diálogo das diversidades e do respeito a identidades de vários grupos étnicos que a compõe. No entanto, é necessário que o professor tome essa consciência para que na relação entre ele e o/a estudante não ocorram episódios de discriminação. Conforme observa Munanga (2005):

No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 17)

As situações de racismo e discriminação que vivenciava na sala de aula se dava, sobretudo, através de recomendações de higiene. Conforme menciona Gomes (2002), a ocorrência de racismo no ambiente escolar se dá quando existe constante apelo à determinado cuidado da aparência. O racismo, nesse caso, ocorre disfarçadamente, quando determinadas regras de higiene são predominantemente direcionadas a um grupo racial por conta de suas particularidades, que são vistas como objeto de rejeição.

Esse fenômeno da discriminação do cabelo masculino no sistema de educação angolano é considerado como a mais corriqueira forma de expressão do racismo e preconceito no sistema de educação de Angola, fato que me impulsionou a abordar esse tema. Outro motivo importante para debruçar-me sobre esse tema é a escassez de referencial teórico que discuta esse tema em específico em Angola. A ausência de discussões sobre a educação étnico-racial no sistema de ensino angolano acaba configurando, em certa medida, o motivo pelo qual a necessidade de os alunos se apresentarem nas salas de aulas com determinado tamanho e corte de cabelo não seja compreendida como uma prática racista e discriminatória.

Para compreender o fenômeno da discriminação do cabelo masculino afro enquanto prática recorrente no ambiente escolar em Angola, hei de recorrer à pesquisa documental e bibliográfica, que vai nos permitir analisar documentos, teses, artigos e livros e, assim, entendermos melhor essa temática.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Como é do conhecimento público, a escola é um ambiente ideal para se abordar temáticas voltadas a diversidade por se considerarem espaços que congregam pessoas de diferentes origens étnicas e grupos raciais. Como tal, precisa promover a igualdade racial através de metodologias e práticas pedagógicas que tragam, em seu conteúdo, estratégias educacionais que valorizem a identidade de cada um e promovam a autoaceitação.

Todavia, em Angola, os objetivos das escolas e da educação em geral se opõem a esses princípios. Além de não ser aberta à experiência de respeito e valorização à diversidade de valores culturais, não apresenta inovações pedagógicas, acabando por ainda manter em seus programas curriculares conteúdos e materiais didáticos que remetem à experiência cultural branca europeia. Materiais esses que abarcam um série de teorias racistas que acabam perpetuando os grupos minoritários na posição de marginalizados, desprovidos de conhecimento, instrução e valores.

Como forma de buscar entender elementos que influenciam essas mudanças, seguimos com as seguintes perguntas de partida:

O modelo dos materiais didáticos e das práticas pedagógicas reforçam ou não estereótipos em relação ao cabelo masculino afro? As escolas angolanas oferecem

possibilidades para que crianças, adolescentes e jovens negros construam uma imagem positiva de si mesmos Quais estratégias são implementadas?

3 HIPÓTESES

As motivações para a prática do preconceito e da discriminação dos símbolos da identidade cultural negra, sobretudo do cabelo, no sistema de educação angolano residem em dois aspectos. Primeiro, entende-se como um reflexo de uma educação histórica colonial que consistia na inviabilização, na exclusão e em contínuos processos de marginalização dos valores identitários, étnicos e culturais dos povos nativos destacados ao longo do território hoje compreendido como Angola; o segundo aspecto diz respeito à ausência de debate sobre questões raciais, sobretudo no plano pedagógico e curricular, que devem fomentar o respeito à diversidade étnica, cultural e de identidade sexual e de gênero no espaço escolar, visando promover a autoestima das crianças, dos adolescentes e dos jovens negros relativamente à diversidade identitária. Nesse aspecto, destaco a importância da educação no processo de desconstrução de um padrão estético de masculinidade.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

- Refletir e analisar as práticas e políticas pedagógicas no sistema de educação angolano promovidas para a superação das manifestações do racismo, preconceito e discriminação.

4.2 ESPECÍFICOS

- Suscitar reflexões acerca da formação de professores em relação à educação étnico-racial no sistema educacional angolano diante o respeito à diversidade étnica e cultural;

- Descrever o processo histórico pelo qual se apoiam determinadas atitudes racistas e discriminatórios no âmbito educacional angolano, com foco na recriminação do cabelo afro masculino;
- Propor práticas pedagógicas que considerem o respeito às identidades étnicas, culturais, sexuais e de gênero dos/as estudantes angolanos/as.

5 JUSTIFICATIVA

Gonçalves (1985), conforme citado por Gomes (2002), aponta que a ausência de questões raciais na escola é, em si, um indicador da sua existência. Neste sentido, procurar analisar e compreender os processos históricos e educacionais que perpetuam práticas racistas e discriminatórias no ambiente escolar é um dos passos importantes para o enfrentamento e sua superação.

O processo de construção de identidade, tanto social como racial, se dá por intermédio dos espaços acadêmicos. As escolas desempenham um papel preponderante no processo de (des)construção de identidade cultural dos indivíduos. Gomes (2002) argumenta:

[...] quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (GOMES, 2002, p. 3)

O debate étnico-racial deve permear a relação entre educadores e estudantes. É necessário que se construam caminhos de diálogo entre aspectos culturais de cada grupo étnico que compõem a diversidade cultural no ambiente escolar.

Professor e alunos devem organizar-se em comunidades de aprendizagem, onde cada um chegue com seus saberes e juntos vão construir novos conhecimentos num processo de trocas constantes, desmistificando situações de racismo, preconceito e discriminação arraigados nos grupos sociais e nas pessoas individualmente. Nesse aprender coletivo, professor e alunos acabam por enriquecer o processo educativo para ambos os sujeitos da aprendizagem. Especialmente quando se trata de racismo, preconceito e

discriminação, o investigar e o aprender juntos garantem aprendizagens de melhor qualidade, porque ruídas coletivamente. (LOPES, 2005, p. 189)

6 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este trabalho surgiu primeiramente com intuito de analisar a discriminação do cabelo masculino afro, enquanto símbolo da identidade cultural negra, no sistema de educação de Angola, a partir de processos históricos que caracterizara a formação do mesmo sistema, e, também, analisar a sua influência no processo de inviabilização dos símbolos da identidade cultural negra.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados e é constituída principalmente de livros, artigos científico, jornais, revistas, dissertações e teses. A pesquisa bibliográfica dá ao/à pesquisador/a a possibilidade de ter acesso a uma vasta gama de fenômenos muito mais ampla em relação àquele que poderia pesquisar diretamente, e isso chega ser vantajoso quando o problema requer informações que se encontram difusas no espaço.

Dado ao fato de que o tema escolhido pretende analisar o racismo e a discriminação do cabelo masculino no sistema educativo angolano a partir da importância dos estudos étnico-raciais, levando em conta os processos que impulsionaram a sua constituição, utilizaremos algumas estratégias metodológicas que vão nos permitir responder questões de pesquisa importantes como: do ponto de vista histórico, as escolas angolanas foram projetadas para lidar com a diversidade cultural dos grupos étnicos? O modelo dos materiais didáticos e das práticas pedagógicas reforçam ou não estereótipos em relação aos símbolos da identidade cultural negra? As escolas angolanas oferecem possibilidades para que crianças, adolescentes e jovens negros construam uma imagem positiva de si mesmos e desconstruam padrões de masculinidade? Quais estratégias pedagógicas são implementadas?

Hei de recorrer à pesquisa bibliográfica, que vai me permitir fazer um levantamento sobre a importância da educação étnico-racial no sistema de ensino em Angola. A pesquisa bibliográfica também nos fornece oportunidade de acesso a várias fontes, o que é fundamental para esta pesquisa, uma vez que este tema em específico carece de bastante conteúdo. Sendo que é um tema ainda não muito pesquisado, será muito importante na produção do material empírico. Miotto (2007), afirma ainda

que a pesquisa bibliográfica também implica um conjunto de ordenamentos e procedimentos de buscas por soluções atento ao objeto de estudo e isso implica que não pode ser aleatório.

De acordo com Severino (2014), a pesquisa documental tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não somente documentos impressos, como, sobretudo, outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico são a matéria-prima a partir da qual o/a pesquisador/a vai desenvolver sua investigação e análise. Por tratar sobre questões que dizem respeito ao sistema de educação angolano e também à violação de um dos direitos fundamentais do ser humano, vou recorrer também à pesquisa documental, pois analisarei o documento sobre a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino - Angola (LBSEE) e a Constituição da República de Angola (CRA).

A combinação metodológica constitui uma forma robusta de se produzir conhecimento, consiste no uso de duas ou mais abordagens tradicionais e tem como objetivo a superação dos limites de abrangência de cada uma delas.

Conforme Gil (2008), a pesquisa qualitativa de abordagem explicativa visa identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso é o tipo mais complexo e delicado.

Por se tratar de um fenômeno social que envolve determinado comportamento de uma determinada classe em relação a outra, pretendemos aprofundar a nossa pesquisa através da pesquisa qualitativa do tipo explicativo, onde procuraremos, por meio de entrevistas, fazer um levantamento de dados sobre raça, classe social, idade, gênero, origem dos/as estudantes e educadores de três instituições públicas de ensino médio, a saber, Instituto Médio Industrial de Luanda – IML – Makarenko, Instituto Médio de Gestão do Kikolo - IMGK e o Instituto Médio Politécnico do Bengo - IMPB. Temos como finalidade descrever as suas percepções em relação ao racismo e à valorização dos símbolos da cultura negra, isso nos permitirá compreender melhor as dinâmicas dessa relação conflituosa entre estudantes e gestores escolares. Sobre essa perspectiva, Godoy (1995, p. 63) apresenta os seguintes argumentos:

Quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, este tipo de investigação parece ser o mais adequado. Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como

um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando a nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados. Nesse sentido, a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar.

Segundo Liebscher (1998 *apud* FREITAS; JABBOUR, 2011, p. 9), quando se trata de um estudo complexo, de natureza social e de difícil quantificação, a abordagem qualitativa alcança melhores resultados. Dentro deste tipo de abordagem há uma interação dinâmica “entre o mundo real e o sujeito, isto é um vínculo indissociável do mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

7 REFERENCIAL TEÓRICO

7.1 EDUCAÇÃO PRÉ-COLONIAL: POVOS BANTU

A história da educação em Angola no período pré-colonial acaba sendo vago devido à escassez de registro material que dão conta da sua constituição, seus processos pedagógicos e organizacionais e objetivos.

Neto (2005) lembra que:

Embora os aspectos aqui descritos sejam sobre a educação pré-colonial, os valores da educação até hoje são preservados na maior parte do país. Todavia, o material bibliográfico usado é posterior ao período descrito, devido ao próprio colonizador em registrar os fatos históricos da vida do país. Os autores que registraram parte dessa história fizeram-no de diversos pontos de vista e não de forma parcial (NETO, 2005, p. 52)

O saber tradicional era imprescindível, pois era o fator pelo qual se garantia às novas gerações, através da oralidade, a continuidade do conhecimento útil e prático e a capacidade de lidar com a cultura e tradição. Conforme descreve Neto (2005):

A educação na tribo era dada através do saber tradicional, para inserir o indivíduo dentro dessa cultura por meio da capacidade que se tinha de conservar, na memória popular, as verdades indispensáveis e a capacidade de lidar com a cultura e a tradição. A educação oral das tribos está implícita

nos contos, nos provérbios, nas histórias, nos mitos e ritos, na música e dança; em todas as manifestações culturais dos membros da tribo. A aprendizagem se processava com base na tradição oral como testemunho transmitido de geração em geração. (NETO, 2005, p. 56)

Segundo Estremann (1983 *apud* NETO, 2005, p. 56) “os povos nativos não têm estabelecimentos de ensino, mas nem por isso pode-se afirmar que a educação e instrução sejam entre eles deixados ao acaso”.

Nas sociedades bantu, a família acaba desempenhado o importante papel de educador, pois é ela que se encarrega de preparar a criança para lidar com as atividades necessárias para o desenvolvimento e existência enquanto pessoa humana. A vida estava intimamente ligado com a educação, pois era através do processo de ensino e aprendizagem que os sujeitos se orientavam.

O nativo era ensinado que o homem não é estimado pelo seu poder material, mas pela sua forma de ser como pessoa humana. Para o nativo, a vida emana de um ser supremo, revive os ancestrais e vem para a sua companhia. A este cabe expressar gratidão em forma de valores culturais manifestos na sua profunda religiosidade, na emoção, na solidariedade, e nas suas formas artísticas como ritmo, dança, escultura, poesia, bem como na manipulação cuidadosa da natureza. Para o nativo, na perspectiva da sua educação, a pessoa é tanto mais digna quanto mais espiritual, participante, comunitária e profundamente vital se torna. E torna-se menos pessoa quanto mais se individualiza, singulariza, materializa e desagrega em egocentrismo. Assim a história da educação revela um nativo comunitário, solidário, comunicativo e interativo. (NETO, 2005)

7.2 SISTEMA DE EDUCAÇÃO ANGOLANO

O sistema de educação é conjunto de estruturas e modalidades, através das quais se realiza a educação, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social. (ANGOLA-LEI DE BASES, 2001, p. 2).

Do ponto de vista histórico, o sistema de educação angolano apresenta diferentes fases desde a sua constituição que se deu com a presença portuguesa, no século XV, até o período pós-guerra. Neto (2005) considera a seguinte divisão:

- 1ª fase: A educação Jesuíta (1575-1759);
- 2ª fase: A educação Pombalina (1759-1792);
- 3ª fase: A educação Joanina (1792-1845);
- 4ª fase: A educação Falcão e Rebelo da Silva (1845-1926);
- 5ª fase: Salazarista (1926-1961);
- 6ª fase: Os movimentos de Libertação Nacional (MPLA, UNITA, FNLA).

Ainda Neto (2005) explica que:

Os objetivos fundamentais do sistema de educação em Angola instituído pelo regime colonial português consistiam na preparação dos quadros portugueses e de seus descendentes e, eventualmente, dos angolanos que se identificassem com o regime político da colonização e os seus respetivos descendentes. Esses seriam responsáveis pela manutenção da dominação portuguesa e da perpetuação da dependência de Angola a Portugal através da projetada confederação “Portugal e Províncias Ultramarinas de África”. (NETO, 2005, pág. 192)

Neto (2005) ainda destaca refletindo sobre as políticas coloniais que visavam a exclusão dos angolanos:

O grosso dos angolanos deveria continuar analfabeto, porque, segundo ele, o estado tribal das populações lhes era favorável, dado que as tribos se preocupavam com os seus problemas, ou quando muito, com as rivalidades entre elas. E assim, para Dilolwa, fica tudo claro. O objetivo estratégico era manter o controle de Estado, da administração e da economia. Os negros seria formados ao léu e ser-lhes-iam colocados todos os obstáculos para dificultar o acesso ao ensino superior. Através da insignificância dos números, há que acrescentar que esse esforço da educação só foi a partir do começo da luta armada. Pois até aí a situação era verdadeiramente trágica, colonialista, fascista, obscurantista, anti-nacional, contra-revolucionário e alienante. (DILOLWA, 1978, p. 2026 *apud* NETO, 2005, p. 193)

Ainda nesse sentido, Kabanguilaki (2016) ressalta que:

Em Angola, apesar de tardiamente, a institucionalização oficial do ensino aconteceu em 1845, porém continuava a ser a Igreja Católica que tinha a missão de escolarizar os chamados indígenas, segundo a terminologia política e social da época. As populações africanas não tinham direito ao ensino oficial. A escravatura, as limitações sociais, a humilhação a que a maioria da população estava sujeita, criaram um clima de insatisfação tal, que o ódio pelo regime colonial alimentava o desejo de liberdade. Por esta razão, movidos por estes sentimentos, em Angola e no exterior, começou a formação de organizações políticas com o objetivo de reivindicar a independência e a soberania do país (KABANGUILAKO, 2016, p. 180 *apud* SANTOS, 2012, p. 432).

Com a conquista da independência em 1975, deu-se início de implementação de reformas no sistema de educação angolano que, por não lograrem resultados inicialmente esperados, sofreram reformulações ao longo dos anos.

Com a vitória da Revolução Angolana e do MPLA, em 1975, iniciaram-se as reformas do sistema geral da educação e ensino que, no entanto, não alcançaram o êxito desejado e programado, tendo enveredado pela contínua reformulação. (Neto, 2005, p. 90)

Os objetivos do sistema de educação angolano, segundo a Lei de Base Sistema de Ensino (2001) artigo 3º visam:

- a) Desenvolver harmoniosamente as capacidades físicas, intelectuais, morais, cívicas, estéticas e laborais da jovem geração, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país; Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica e construtiva para a sua participação ativa na vida social, à luz dos princípios democráticos;
- b) Promover o desenvolvimento da consciência pessoal e social dos indivíduos em geral e da jovem geração em particular, o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, pela tolerância e cultura de paz, a unidade, a preservação do ambiente e a consequente melhoria da qualidade de vida;
- c) Fomentar o respeito devido aos outros indivíduos e aos superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida, à liberdade e a integridade pessoal;
- d) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença de outrem, permitindo uma saudável integração no mundo. (ANGOLA-LBSE, 2001, pp. 2-3 APUD FRANCISCO, 2013, p. 67).

O sistema de ensino angolano respeita a seguinte estruturação:

1. 6 subsistemas de ensino

- Educação pré-escolar
- Ensino geral
- Ensino técnico-profissional
- Formação de professores
- Educação de adultos
- Ensino superior

2. 4 níveis de ensino

- Educação pré-escolar (Creche e similares)
- Ensino primário (1.^a a 6.^a classe)

- Ensino secundário I ciclo (7.^a a 9.^a classe); II ciclo (10.^a a 13.^a classe)
- Ensino superior (Graduação e Pós-graduação)

7.3 RACISMO ESTRUTURAL EM ANGOLA

Ao longo da história, o racismo se configurou por meio do estabelecimento de hierarquias raciais onde características como “a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o angulo facial, etc.” (MUNANGA, 2004, p. 4) constituem os princípios fundamentais para o exercício sistemático de dominação e discriminação contra grupos humanos que apresentem características distintas do modelo ocidental.

Conforme explica Munanga (2004 *apud* AGOSTINHO, 2022, p. 9):

Essas distinções segregam e criaram barreiras entre os grupos humanos e permitiram com que as relações de “superior” e “inferior” fizesse realmente parte do cotidiano desses grupos, um deles se viu na posição de dominador/superior e conseguiu por séculos manter esse status, assim conseguimos descrever o conceito de raça, que para as Ciências Sociais é uma construção e categoria social que determina essa dominação supracitada e a exclusão de certos grupos.

Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural é um dado importante, porque nos leva a pensar que o racismo vai muito além de iniciativa individual, ele também é o reflexo de uma estrutura social e considera a dimensão do poder como elemento formador das relações raciais, quando há controle de um grupo sobre determinado grupo. As instituições reproduzem o racismo porque a estrutura social é racista, elas, as instituições, são criadas para garantir a manutenção da ordem social, a qual se traduz na imposição de regras e padrões racistas.

Segundo o professor guineense Lourenço Cá (2011), dois aspetos foram importantes no processo de assimilação dos africanos dos países de língua portuguesa. O primeiro objetivava o estabelecimento e a continuidade do regime colonial e a hegemonia cultural portuguesa sobre o modo de vida das populações nativas. A possibilidade de ascensão social do nativo dependia do quanto ele se identificava com o regime político colonial português, o que pressupunha sem enquadrar num sistema educacional que rejeitava a sua cultura e o seu modo de vida e absorver uma série de conhecimentos e instrução que não o permitia formar opiniões e ideias críticas sobre a constituição das estruturas de poder racial e a

imposição da hegemonia cultural portuguesa, tampouco valorizar a sua própria cultura e religião, muito pelo contrário, o tornava manipulável, continuador da opressão e da dominação portuguesa sobre os nativos que eram considerados indígenas.

O outro aspecto diz respeito a justificava que era usada para a presença e permanência colonial portuguesa nos territórios africanos, em que se apontava e se defendia os benefícios que o próprio colonialismo trouxe às sociedades africanas enquanto um processo civilizatório que buscou instruir e humanizar os povos não europeus. À semelhança do contexto das relações sociais e raciais no Brasil, as dinâmicas das relações raciais em Angola posicionam a branquitude como critério de aprovação e sobretudo ascensão social. Historicamente, “a ascensão dos negros passava necessariamente pelo seu embranquecimento social, ou seja, pela incorporação de comportamentos e valores aceitos pelos brancos.” (SOARES, 2004, p. 250). Tal observação é justificada quando analisamos o fator cor da pele como determinante para o acesso a determinados cargos de direção e de alta visibilidade.

Almeida (2019) diz que a representação negra nas instituições deve pressupor também a possibilidade de pessoas negras ocuparem cargos de poder.

[...] a supremacia branca no controle institucional é realmente um problema, na medida em que a ausência de pessoas não brancas em espaços de poder e prestígio é um sintoma de uma sociedade desigual e, particularmente, racista. Portanto, é fundamental para a luta antirracista que pessoas negras e outras minorias estejam representadas nos espaços de poder, seja por motivos econômicos e políticos, seja por motivos éticos. Mas seria tal medida suficiente? É uma prática antirracista efetiva manter alguns poucos negros em espaços de poder sem que haja um compromisso com a criação de mecanismos institucionais efetivos de promoção da igualdade? (ALMEIDA, 2019 p. 33)

As empresas e as instituições do Estado em Angola acabam reproduzindo tais práticas originadas da colonização, que favorece determinado grupo racial, nesse caso, o branco. O reflexo disso são as experiências conflituosas na relação do cidadão com as tais instituições. A questão do cabelo, por exemplo, que quase sempre é proibido nos espaços formais, sobretudo estatais, alegadamente por desrespeitar a etiqueta de estética própria para o acesso e frequências a tais espaços. Sem mencionar os casos de proibição de uso de cabelo afro em fotos para documentos de identificação.

[...] a estrutura social é constituída por inúmeros conflitos – de classe, raciais, sexuais etc. –, o que significa que as instituições também podem atuar de

maneira conflituosa, posicionando-se dentro do conflito. Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. (ALMEIDA, 2019, p. 32)

As igrejas, enquanto instituições sociais que detêm regras, valores e princípios pelos quais objetivam normatizar a ação dos indivíduos, possuem grande influência nas dinâmicas sociais, sobretudo quando consideramos o seu papel transformador social. Para Weber (1991), as instituições sociais são organizações que em determinado grau exercem autoridade sobre a sociedade e os indivíduos. E nessa discussão sobre as relações racistas que perduram até os dias atuais, a própria igreja, enquanto projeto político de colonização, ajudou a consolidar. Conforme aponta Neto:

Em muitos sentidos, o padroado estabelecido em Angola, deu continuidade ao regime de cristandade que decretaria a unidade religião do Império Romano. Quem residia em Angola tinha que ser batizado, quem era batizado tinha de se sujeitar ao rei português. Tornar-se cristão em Angola significou ser forçado a negar as raízes culturais, menosprezar as línguas nativas, as tradições culturais, o sistema de vida, os laços sociais que definem a identidade da comunidade nativa. (NETO, 2005, p. 97)

Em Angola, continua sendo registrado nas igrejas episódios de reprodução das mesmas práticas, sobretudo no tocante à cultura, à religião e aos símbolos da identidade negra. Neto ainda acrescenta que:

Os missionários católicos sempre manifestaram atitudes negativas para com a cultura e a religião nativas, pois o objetivo principal era o de destruir a educação, a cultura, a religião, a qualquer preço. Assim, pregavam que o único e verdadeiro Deus era aquele cuja natureza e essência havia sido revelado pela Bíblia Sagrada e todos os outros deuses não passavam de ilusões [...]. (NETO, 2005, p. 97)

Livros, materiais audiovisuais, hinos e tantos outros conteúdos religiosos destinados aos seus membros e aos demais indivíduos da sociedade acabam comportando frases, ilustrações, histórias, conselhos, normas de conduta que acabam depreciando o fenótipo negro, a cultura e os símbolos ou marcas da sua ancestralidade africana.

Por exemplo, há uma música de uma cantora gospel, conhecida artisticamente como Irmã Sofia, que foi sucesso nos anos 2000. A música faz menção aos hábitos e costumes sociais que começavam a grassar em Angola naquele período, hábitos

esses considerados pecados igreja, de acordo com a sua interpretação bíblica. A letra da música faz referência direta ao uso de trança no cabelo masculino:

O mundo virou de pés para cima
 O mundo virou de pernas pro ar
 Cuidado, cuidado povo de Deus
 É uma armadilha de Satanás
 [...]
 Mulheres vestidas com roupa de homem
 É uma armadilha de Satanás
 [...]
 Homem de brinco, homem de trança
 É uma armadilha de Satanás (SOFIA, 2004)

Foi graças a essa música que famílias, sobretudo as de tradição religiosa, proibiam que seus filhos e filhas aderissem ao uso desses objetos e práticas, por acreditarem que estavam associados a algo ruim e de procedência imoral. O homem que usasse tranças e brincos era e até hoje é considerado bandido e, não raro, afeminado, levando em consideração que esses elementos eram e continuam sendo fortemente considerados marcadores de gênero e sexualidade. A música acaba respaldando toda sorte de discriminação social, incluindo a homofobia. Mulheres que usariam roupas supostamente “de homens”, e homens que fariam uso de brincos e tranças seriam considerados homossexuais ou “virado”, segundo a terminologia local, portanto, pecadores/as.

7.4 CABELO CRESPO, SÍMBOLO DA IDENTIDADE NEGRA

O processo de transmigração do negro africano se deu sob uma série de desumanização e perda da imagem, o sujeito negro no período escravista, foi reduzido a objeto, categorizado como outro ou inferior com base em critérios físicos observáveis, como a cor da pele, textura de seu cabelo e traços faciais. Nesse mesmo sentido, Nascimento (1986) nos convida a refletir sobre como esse sujeito negro, que é arrancado do seu espaço originário, levado a habitar um território estranho e obrigado a se articular no novo espaço a partir dos saberes e experiências anteriores.

A organização do tráfico de escravo dentro do território brasileiro revela quadros de violência e de coisificação dos sujeitos negros, cuja relação social escravista os colocavam em posição de inferioridade em relação aos seus senhores

brancos. Esse último tinha o poder total sobre o corpo do seu escravo, destinava o seu corpo à finalidade que lhe aprouvesse, como se constata:

Esse processo se objetivava não só na condição escrava, mas na forma como os senhores se relacionavam com o corpo dos escravos e como os tratavam: os castigos corporais, os açoites, as marcas a ferro, a mutilação do corpo, os abusos sexuais são alguns exemplos desse tratamento. (GOMES, 2002, p. 42)

Como fim de dar resposta às explorações violentas a que era submetidos, os escravizados desenvolveram métodos e técnicas para se sobreporem ao sistema escravista.

[...] desenvolveram as mais diversas formas de rebelião, de resistência e de busca da liberdade. Naquele contexto, a manipulação do corpo, as danças, os cultos, os penteados, as tranças, a capoeira, o uso de ervas medicinais para cura de doenças e cicatrização das feridas deixadas pelos açoites foram maneiras específicas e libertadoras de trabalhar o corpo. (GOMES, 2002, p. 42)

Gomes (2002) nos traz reflexão sobre o processo de difusão de conhecimentos voltados a questões de raça nas escolas, manifesta a sua preocupação quanto aos cuidados que se devem levar em conta ao difundirmos tais conteúdos, pois, muitas dessas documentações são instrumentos que reproduzem ainda mais o racismo, em vez de promover, de fato, a desconstrução, pois ainda estão baseados em discursos que sugerem o corpo negro apenas como objeto sob o controle do homem branco, e não como um símbolo de resistência e contestação.

Os quilombos, um mundo criado pelo negro, no qual procura estabelecer identidade, simboliza a memória, os corpos negros abarcam a memória. Sendo assim, considerando que estamos tratando do cabelo enquanto identidade cultural negra, é importante pontuar que, quando o negro procura afirmar a sua identidade, renuncia a concepções de relação social escravista que o associa a uma pessoa sem ou com pouca bagagem material, fato que o limita a um mero objeto.

Nascimento (1986) aponta a perda de ligação com o seu grupo com um dos dramas do negro intelectual que ascende na mobilidade social. Segundo Souza (1983, p. 22), “o contínuo de cor, ideologia do embranquecimento e a democracia racial formavam o tripé que através do qual era sustentada a estrutura de relações sociais no Brasil, que davam possibilidade ao sujeito negro de ascender socialmente”.

O contínuo de cor era o dado que posicionava o negro e o branco em extremos diferentes de uma linha ininterrupta, na qual quanto maior for a brancura, maior são as chances de êxito e aceitação.

A inexistência de barreiras e de segregação racial – baluartes da democracia racial – associada a ideologia do embranquecimento, resultava num crescente desestímulo à solidariedade do negro que percebia o seu grupo de origem como uma referência negativa, lugar de onde teria de escapar pra realizar, individualmente, as expectativas de mobilidade vertical ascendente. O caráter individualista da ascensão era coerente com as prédicas da democracia racial que colocava ênfase na capacidade individual como responsável pela efetivação do projeto. (SOUZA, 1983, p. 22)

Os penteados desempenham um papel importante na afirmação da identidade cultura de sujeitos negros. Para Gomes (2002, p. 2) “o cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil”.

Segundo Gomes (2002), o corpo e o cabelo são elementos cuja importância transcendem as dimensões estéticas, podendo os seus significado variar quando inseridos num contexto das relações sociais construídas na sociedade brasileira. Os salões não se limitam ao caráter estético, cuja importância se projeta também no âmbito político e social, considerando que são espaços promotores da valores culturais negros, em que os/as cabeleireiros/as participam diretamente na construção não só da autoestima, mas como também da identidade negra em seus clientes.

O processo de desvalorização do cabelo começa na infância, desde a tenra idade, os negros são expostos a situações nas quais são obrigados a aceitar que possuem um cabelo ruim e, por isso mesmo, deixa-lo crescer era sinônimo de não ter uma boa aparência.

De acordo com Adesky, conforme citado Gomes (2022, p. 3), a identidade, para se construir como realidade, pressupõe uma interação. Considerando o fato de que nenhum identidade se constrói isoladamente, vale nesse sentido destacar o importante papel da escola nesse processo de construção de identidades, já que são espaços que se propõe gerar debates e compartilhamentos de saberes de caráter social e cultural.

Sobre o uso de tranças, Gomes (2002) considera que:

É uma técnica corporal que acompanha a história do negro desde a África. Porém, os significados de tal técnica foram alterados no tempo e no espaço.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, algumas famílias negras, ao arrumarem o cabelo das crianças, sobretudo das mulheres, fazem-no na tentativa de romper com os estereótipos do negro descabelado e sujo. (p. 44)

7.5 CABELO CRESPO E A ESTÉTICA FEMININA NEGRA

Nilma Gomes (2002) compreende que abordar o cabelo e o corpo negro nos remete inevitavelmente à discussão sobre identidade negra. Essa identidade não vai se basear apenas na visão que o sujeito tem de si mesmo, mas também de como os outros o enegram, e é daí que ocorre uma relação conflituosa e tensa.

A escravidão, o racismo e a supremacia branca tiveram efeitos negativos duradouros na identidade negra. A desvalorização dos valores e símbolos da identidade negra, incluindo o cabelo, surge como resultado de um contexto cultural em que a negritude existe como uma referência contrária à beleza. Gomes (2008) diz que essa visão negativa que a própria mulher negra tem sobre o seu cabelo crespo é uma marca dos efeitos do racismo, os ideais de branqueamento e o mito da democracia racial, que acaba ocasionando um ponto de vista negativo e pejorativo, sobretudo afastando o negro da possibilidade de aceitação das marcas que remetem à ancestralidade. Segundo Gomes (2008, p. 25), “[...] o cabelo não é um elemento neutro no conjunto corporal. Ele foi transformado, pela cultura, em uma marca de pertencimento étnico/racial. No caso do negro, o cabelo crespo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude no corpo.”

Em uma tentativa de se encaixar no modelo de beleza branca, as mulheres angolanas participaram de muitas práticas de branqueamento, que incluem o alisamento de cabelo. As técnicas de alisamento continuam populares porque representam uma chance de chegar um pouco mais perto do ideal.

De acordo com Gomes (2008), a manipulação do cabelo é uma prática recorrente realizada por mulheres e homens negros em diferentes culturas, e isto não deve inferir na assunção da identidade negra, pois não é necessário manter um padrão estético negro, único e imutável, visto que assumir-se como mulher negra vai muito além de padrões estéticos. Ser negra compete ao sentimento de pertença, a aceitação da sua ancestralidade africana, a valorização da cultura afro-brasileira, e a luta pelos direitos de igualdade racial e de gênero.

Diante o exposto, evidenciamos que o cabelo é considerado a marca que mais atesta o pertencimento a raça negra, sobretudo o das mulheres negras (GOMES,

2008, p. 173). O cabelo é considerado o principal símbolo da beleza, considerando a sua propriedade de modelar e dar forma ao rosto, entretanto, nesse sentido, a construção da identidade feminina da mulher negra está ligada à estética.

Ele diz respeito à construção dessa criança conquanto sujeito em relação à própria imagem e também é resultado de relações sociais assimétricas, baseadas na imposição de modelos de homem, de mulher, de adulto, de raça e de etnia (GOMES, 2008, p. 176).

A maneira como a criança vai enxergar o seu cabelo está diretamente ligada ao tratamento que este símbolo vai receber a partir da infância. Gomes (2008, p. 176), enfatiza que “[...] é durante esse período que a relação negro/cabelo se intensifica.”

Em Angola, é comum se observar, a partir da educação familiar, uma tentativa de projetar sobre as crianças um desejo pelo cabelo alisado, pelo fato que desde o nascimento do bebê ser comum a preocupação dos pais acerca dos produtos e processos para manter o cabelo da criança sob cuidados e boa aparência. Porém, esses cuidados pressupõe renúncia ao cabelo natural da criança negra, pois recorrem à métodos para torná-lo mais leve e relaxado. Conforme Gomes (2008):

As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizados pela mãe, pela tia, pela irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo. As tranças são as primeiras técnicas utilizadas. Porém, nem sempre elas são eleitas pela criança negra, hoje, uma mulher adulta, como o penteado preferido da infância (GOMES, 2008, p. 184).

Nesse sentido, é de suma importância destacar o papel da família e da escola na construção da identidade negra, sobretudo da mulher negra, principalmente nos períodos da infância e juventude, podemos evidenciar isto nas palavras de Gomes (2008 quando diz que:

São nesses espaços que as oportunidades de comparação, a presença de outros padrões estéticos, estilos de vida e práticas culturais ganham destaque no cotidiano da criança e do/a adolescente negros, muitas vezes de maneira contrária àquela aprendida na família. Em alguns casos, é o cuidado da mãe, a maneira como a criança é vista no meio familiar que lhe possibilitam a construção de auto-representação positiva sobre o negro/a e a elaboração de alternativas particulares para lidar com o cabelo crespo. (GOMES, 2008, p. 188)

A presente pesquisa pretende se debruçar sobre o tema do cabelo e da identidade em Angola na perspectiva masculina para compreender também as discriminações voltadas para esse perfil de estudantes, em específico.

7.6 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENFRENTAMENTO E SUPERAÇÃO DO RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO SISTEMA DE EDUCAÇÃO ANGOLANO

Como nos referimos na parte introdutória, a metodologia de ensino em Angola apresenta traços e características que contemplam a pedagogia tradicional comparado à educação colonial jesuíta, que desconsidera o conhecimento prévio do aluno, a sua formação cultural e identitária, cuja responsabilidade do conteúdo a ser administrado se projeta unicamente nele, o professor.

Os conteúdos vinculados nos currículos escolares ainda refletem a realidade europeia, são reproduções de uma pedagogia histórica e autoritária que exclui a diversidade cultural e de conhecimento dos alunos, acabando de proporcionar conhecimentos que os tornam úteis apenas aos interesses capitalistas, e na construção e na valorização. Tal como destaca Neto (2005):

Criou-se uma pedagogia autoritária, reforçando a submissão ao colonizador, que incitava a sua imitação como único critério de sucesso, e que só podia ser individual. O conteúdo da educação colonial era a realidade da metrópole, porque os portugueses ignoram a história da educação dos nativos de Angola. O ideal educativo não era gerar conhecimento, mas proporcionar um conjunto de habilidades servis aos propósitos colonizadores. Não fazia parte do projeto de colonização português desenvolver a educação em Angola, porque enquanto eles pudessem manter o nativo fora do sistema de ensino, mais domínio teriam sobre eles. (NETO, 2005, p. 162)

Silva (1989) enfatiza a reflexão observando que:

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade/superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígena e africano, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação. (SILVA, 1989, p 57)

Quando a metodologia de ensino e as práticas pedagógicas não se adequam ao ambiente escolar que abarca uma riqueza de diversidade étnica e cultural,

marginalizam e excluem os valores históricos e culturais de determinado grupo étnico e não fomentam o incentivo à construção e à valorização dos valores identitários de cada criança, adolescente e jovem negros, pode-se desencadear a um processo de negação dos valores culturais. Conforme Silva (2005) aponta:

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações. (SILVA, 2005, p. 58)

Já Carvalho (2012) destaca a exclusão promovida pela escola:

Se a escola não reconhece a diversidade, ela exclui e quando ela exclui, ela reproduz racismo, preconceito, ela nega o direito da outra pessoa existir, e o educador precisa estar atento a isso, pois é possível logo no começo da vida escolar valorizar a diversidade e promover a equidade. Em concepção mais ampla, educar-cuidar vai muito além dos procedimentos físicos, ou de atividades com propósitos de desenvolvimento cognitivo; envolve o aspecto relacional, de construção de vínculo e o de compreensão da integralidade do ser humano e o respeito à diversidade. Assim, educar-cuidar é entendido como ajudar a crescer e se desenvolver de forma ampla. Nesse sentido, cuidado e educação são faces da mesma moeda, comprometidas com a transformação do ser humano, com seu desenvolvimento global. (CARVALHO, 2012, p.90)

7.7 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFESSORES NAS ESCOLAS

Munanga (2005, p. 71) considera que “apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima”.

Acrescentado nesse debate, Gomes (2005) diz que:

É preciso acabar com o discurso de que não é da competência da escola discutir questões ligadas à formação humana, incluindo nelas as questões raciais, pelo contrário, o tema precise estar presente desde a formação dos professores. A escola é responsável pelo enfrentamento do preconceito nos seus espaços, e isso só é possível com a adoção de mudanças concretas que possibilitem o surgimento de novos valores e a construção de novas práticas. (GOMES, 2005, p. 148)

Sendo assim, considera-se que a inclusão das questões culturais e a promoção da autonomia do professor fazem parte das estratégias educacionais que possam

superar o racismo, o preconceito e a discriminação no ambiente escolar. Autonomia essa que vai possibilitar administrar e construir metodologias que se adequem a uma pedagogia voltada ao debate das questões culturais e políticas.

Gomes (2005) acrescenta que:

Já ouvi muitos(as) educadores(as) dizerem que a autonomia do docente significa a liberdade de escolha para adotar uma determinada metodologia, discutir ou não certas temáticas, usar da sua autoridade para com o aluno, discutir política partidária no interior da escola, entre outros. Todos nós sabemos que a autonomia não se reduz a isso. Porém, ao tratar da temática racial, alguns docentes usam de uma compreensão deturpada de autonomia para reproduzir e produzir práticas racistas. Ao entrar nesse debate, estamos questionando a nossa atuação profissional e a nossa postura ética diante da diversidade étnico-cultural e das suas diferentes manifestações no interior da escola. Que tipo de profissionais temos sido? A educação carece de princípios éticos que orientem a prática pedagógica e a sua relação com a questão racial na escola e na sala de aula. (GOMES, 2005, p. 146)

Ampliando esse debate, Nguluve (2006, p. 51) nos diz que:

quando se estrutura uma política educacional, além de se pensar em questões ligadas às infra-estruturas, aos conteúdos e aos meios financeiros pensa-se também no corpo docente, isto é, na formação de professores - aqueles que irão executar e fazer valer tal política educacional. (NGULUVE, 2006, p. 51)

A formação do corpo docente, nesse sentido, implica um preparo pedagógico sobre questões raciais, que pode se resumir na consolidação da autonomia metodológica que o permite lidar com situações de racismo e discriminação na escola e dentro da sala de aula. Tanto professores/as quanto coordenadores/as e diretor/a podem influenciar nas decisões sobre como é elaborado o ensino, sobretudo, levando em consideração as especificidades culturais e a diversidade ético-racial de cada espaço em que o/a professor/a está inserido/a.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Bartolomeu José Epalanga. **Racismo estrutural e (neo)colonização: uma análise sobre a identidade cultural em Angola a partir da epistemologia afrocêntrica**. 2022. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2019.
- CÁ, L. O. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). **ETD - Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 207–224, 2010. DOI: 10.20396/etd.v13i1.1174. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1174>. Acesso em: 1 fev. 2023.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 1998. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- D'ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil; pluralismo étnico e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. *Estudo & Debate*, v. 18, n. 2, p. 7-22, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/134684>>. Acesso em: 29 jan. 2023
- GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995
- GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. São Paulo:USP, 2002 (tese: doutorado).
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: alteridades em questão**, Belo Horizonte, v. 6, n. 9, p. 38-47, dez. 2002. Disponível em: Acesso em: 28 de novembro 2022.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: **Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015)**, Luanda. Editorial Nzila, 2001

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004.

NETO, Teresa da Silva. **História da Educação e Cultura de Angola: grupos nativos, colonização e a independência.** Alpiarça: Zaina Editores, 2010.

MONIZ, Luzia. **Socióloga condena proibição de uso de cabelo crespo.** DW, Luanda, n. 1, 10/out.2022. Entrevista concedida à Lusa.

NGULUVE, Alberto Kapitango: **“Política Educacional Angolana (1976-2005): Organização, Desenvolvimento e Perspectivas”.** São Paulo. FEUSP, 2006.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre um trajeto de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza, 2016, 129 p.

SANTOS, Martins dos. **História do Ensino em Angola.** Luanda: Edição dos Serviços de Educação, 1970.

SOFIA, Irmã. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/irma-sofia/1447593/>. Acesso em: 3 fevereiro 2023

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?.** Salvador: EDUFBA, 2011.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. 88 p.

VIEIRA, Laurindo. **Angola a dimensão ideológica da educação 1975-1992.** Luanda: Editora Nzila, 2004.

WEBER; Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa: Editora Universidade de Brasília, 1991. v.1.

ZAU, Filipe. **Do Ato Eucativo ao Exercício da Cidadania.** Luanda: Mayamba, 2002.